

# IMPACTOS DA CRISE ECONÔMICA NO MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE: UMA ANÁLISE DO TRIÊNIO 2015-2017<sup>1</sup>

*Leandro dos Santos<sup>2</sup>*

*Pietro Caldeirini Aruto<sup>3</sup>*

**Resumo:** O presente artigo aborda os impactos da crise econômica sobre o mercado de trabalho em Santa Catarina no triênio 2015/2017. Com base em uma análise descritiva dos dados secundários oriundos de fontes oficiais de estatística (IBGE e MTB), o trabalho analisa a conjuntura econômica e a evolução das condições do mercado de trabalho em Santa Catarina relacionando-as com o contexto nacional. Nesse sentido, o artigo apresenta indicadores gerais e os reflexos da recessão sobre a geração de empregos formais nos diferentes setores econômicos e mesorregiões do estado. As evidências apontam que as condições laborais no estado seguiram a dinâmica nacional, tendo como resultado a retração econômica no biênio 2015/2016, sobretudo na indústria e comércio, aumento nas taxas de desemprego e subutilização da força de trabalho para níveis sem precedentes dentro da série histórica iniciada em 2012. Além disso, mesmo no acumulado do último triênio, registrou-se a permanência de dados negativos no mercado de trabalho formal em todos os grandes setores e regiões de Santa Catarina.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho; Santa Catarina; Crise Econômica.

## IMPACTS OF THE ECONOMIC CRISIS IN THE LABOR MARKET OF SANTA CATARINA STATE: AN ANALYSIS OF THE YEARS 2015-2017

**Abstract:** The purpose of this paper is to analyze the laboral consequences of Brazilian economic recession in Santa Catarina state during 2015-2017. The paper analyzes the economic situation and labor market conditions in Santa Catarina based on a descriptive analysis of secondary data from official statistical sources (IBGE and MTB). The article presents general indicators on the formal jobs level in the different economic sectors and mesoregions of the state. Despite some particularities, the evidences indicate that the labor conditions in Santa Catarina followed Brazilian labor dynamics: economic slowdown in industry and commerce; increase in unemployment and workforce underutilization rates to levels; and, all economic sectors declined the formal employment level over the last three years.

**Keywords:** Labor Market; Santa Catarina; Economic Crises.

---

<sup>1</sup> Este artigo é o desenvolvimento e o aprofundamento do texto para discussão nº01 de 2018 da SST/SC, intitulado “Notas sobre o impacto da crise econômica no mercado de trabalho catarinense (2015-2017)” disponível em: <http://www.sst.sc.gov.br/index.php/trabalho-e-renda/informacao-e-analise-do-mercado-de-trabalho/estudos-tematicos>

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia Política, sociólogo na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST. E-mail: leocaosantos@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Mestre em Desenvolvimento Econômico, economista na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST. E-mail: pietro.aruto@gmail.com

## **1. INTRODUÇÃO**

A grave crise econômica vivenciada nos últimos anos trouxe impactos fortemente nocivos ao mundo do trabalho. Entre abril de 2015 a janeiro de 2017, assistiu-se no Brasil uma sequência ininterrupta de 22 meses com perdas no mercado de trabalho formal. Nesse período de aproximadamente dois anos, foram fechados cerca de 3 milhões de vínculos com carteira assinada, conforme dados do CAGED/MTB. A queda de 7% do PIB, ocorrida no biênio 2015-2016, associado à instabilidade política-institucional trouxe ainda como resultado uma série de mudanças na lei trabalhista, muitas das quais suspeitas de pesar negativamente sobre o lado da oferta de trabalho.

Resguardado as peculiaridades locais, historicamente constituídas, o contexto de retração econômica vivenciada no país não deixou de repercutir no estado de Santa Catarina. O presente trabalho visa justamente mapear tal conjuntura. O objetivo é oferecer uma visão sobre as mudanças quantitativas que afetaram a estrutura do mercado de trabalho estadual, com ênfase sobre a dimensão espacial e setorial da atividade econômica e de como elas se relacionam com o panorama nacional como um todo.

Nas próximas seções, o artigo inicia com uma descrição sobre o cenário de crise econômica que se alastrou em âmbito nacional e estadual. A seguir, aborda-se o contexto geral do mercado de trabalho, comparando a evolução dos dados relativos ao país e Santa Catarina. Em sequência, apresentam-se os efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho formal, apontando para as perdas sofridas nos níveis setoriais e regionais do estado. Por fim, o texto tece as últimas considerações em torno do assunto, destacando os principais pontos observados.

## **2. CRISE ECONÔMICA**

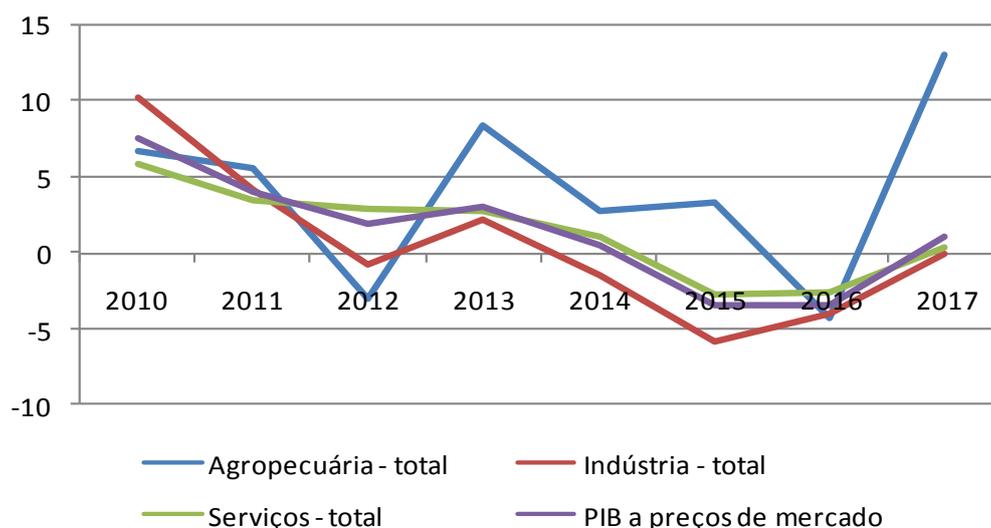
Os fatores associados à recessão econômica de 2015-2016 estão ligados, por um lado, à desaceleração da economia desde 2010 e, por outro, à política econômica promulgada a partir de final de 2014. Evidentemente, não cabe nesse texto expor detalhadamente como esses fatores se desenvolveram, mas sim, destacar uma visão geral. Nesse sentido, a desaceleração pós-2010 é uma consequência da crise econômica internacional deflagrada em 2007/2009 que solapou o crescimento econômico dependente dos preços agrominerais no mercado internacional e das políticas fiscais adotadas pelos países centrais (sobretudo a

Europa). Essas medidas reduziram um componente importante de realização do valor das mercadorias exportadas pelo Brasil.

No front financeiro, as medidas monetárias expansivas dos EUA levaram a entrada de capitais externos no Brasil, em busca do diferencial de juros, o que provocou uma pressão na taxa de câmbio. Frente ao cenário externo, a política econômica a partir de 2011 passou a privilegiar crescentemente a esfera privada, produtiva e financeira, como forma de combater a desaceleração, seja pelas desonerações fiscais, seja pelo ajuste fiscal pós-eleição de 2014. Essa última foi o catalisador da crise econômica que se observa em 2015 e 2016, a qual se retroalimentou com a crise política no processo de impedimento presidencial e os escândalos políticos (PINTO *et al.*, 2017, p. 4).

A Figura 1, ao destacar a variação do volume de produção dos setores, evidencia essa trajetória da economia brasileira.

**Figura 1** – Variação (%) acumulada no ano no quarto trimestre do volume de produção segundo setores – Brasil, 2010-2017



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE; Elaboração própria.

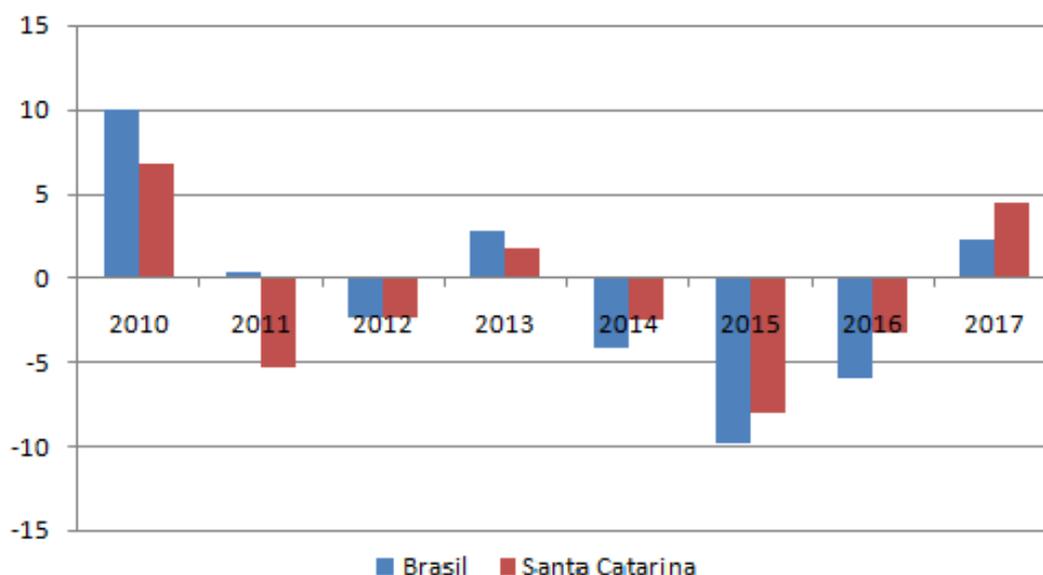
A partir do crescimento elevado em 2010, verificado em todos os setores, a economia se desacelera até 2013, principalmente na agropecuária e indústria, para em seguida entrar na profunda recessão de 2015/2016 e, posteriormente, em uma estagnação. Em termos setoriais, somente a agropecuária apresentou algum dinamismo, sobretudo devido à parcial retomada dos preços das commodities nos últimos anos. Mas, ainda que importante para as contas externas, esse segmento é incapaz de gerar um dinamismo para a economia como um todo. Dessa forma, o fraco resultado positivo de 2017, ao invés de representar uma recuperação,

significou uma estagnação da economia brasileira que só não se mostrou novamente desastroso devido à excepcional recuperação da agropecuária e medidas pontuais de estímulo ao consumo das famílias (como a liberação de parcelas do FGTS, por exemplo).

Apesar das especificidades, a economia catarinense segue e reflete a dinâmica brasileira, dada a importância do mercado nacional, a trajetória dos agregados macroeconômicos e da política econômica. Do ponto de vista das contas regionais, não se pode comparar o impacto da crise brasileira e catarinense para todo o período, uma vez que o último ano disponível da pesquisa é 2015. Contudo, ainda que preliminarmente, é possível afirmar que Santa Catarina teve uma redução no PIB para esse último ano ainda maior que o Brasil, uma vez que sua participação se reduziu de 4,2% em 2014 para 4,15% no ano seguinte.

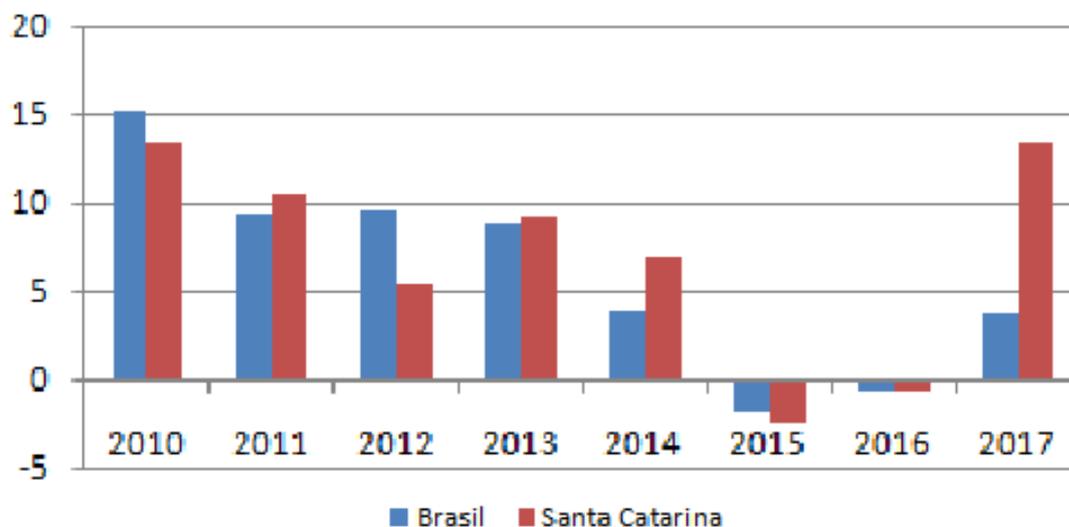
Para o período pós-2015, é possível vislumbrar comparativamente o comportamento da economia catarinense e brasileira a partir das pesquisas da produção física da indústria (Figura 2) e da receita nominal do comércio varejista (Figura 3) e de serviços (Figura 4). Percebe-se que o cenário econômico a partir de 2015 em Santa Catarina é levemente melhor que o nacional no setor da indústria de transformação e comércio varejista, por sua vez os serviços apresentaram um resultado aquém do nacional.

**Figura 2** – Variação percentual acumulada nos últimos doze meses da produção física da indústria de transformação – Brasil e Santa Catarina, 2010-2017, dezembro de cada ano



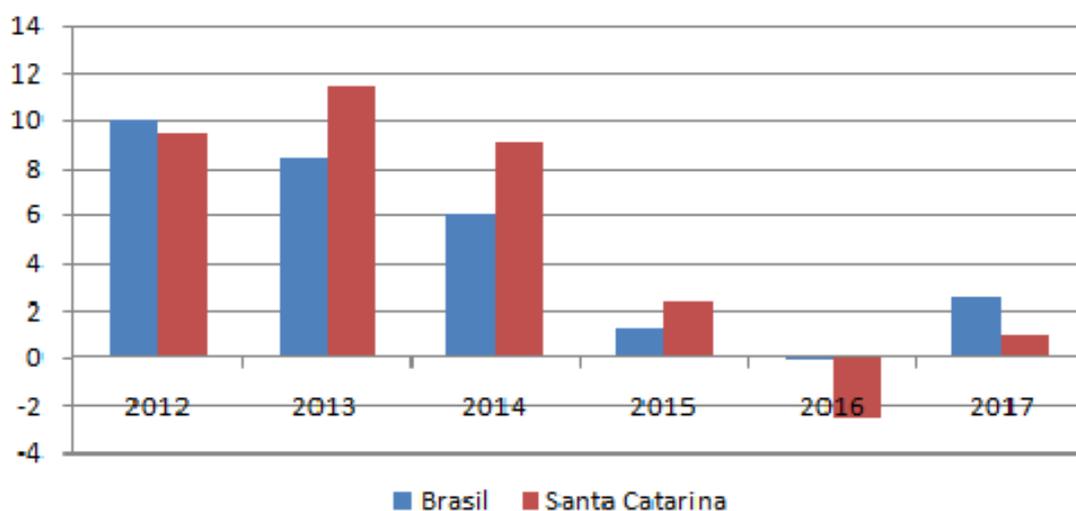
Fonte: PIM-PF/IBGE

**Figura 3** – Variação percentual acumulada nos últimos doze meses da receita nominal do comércio varejista ampliado – Brasil e Santa Catarina, 2010-2017, dezembro de cada ano



Fonte: PMC/IBGE

**Figura 4** – Variação percentual acumulada nos últimos doze meses da receita nominal de serviços – Brasil e Santa Catarina, 2010-2017, dezembro de cada ano



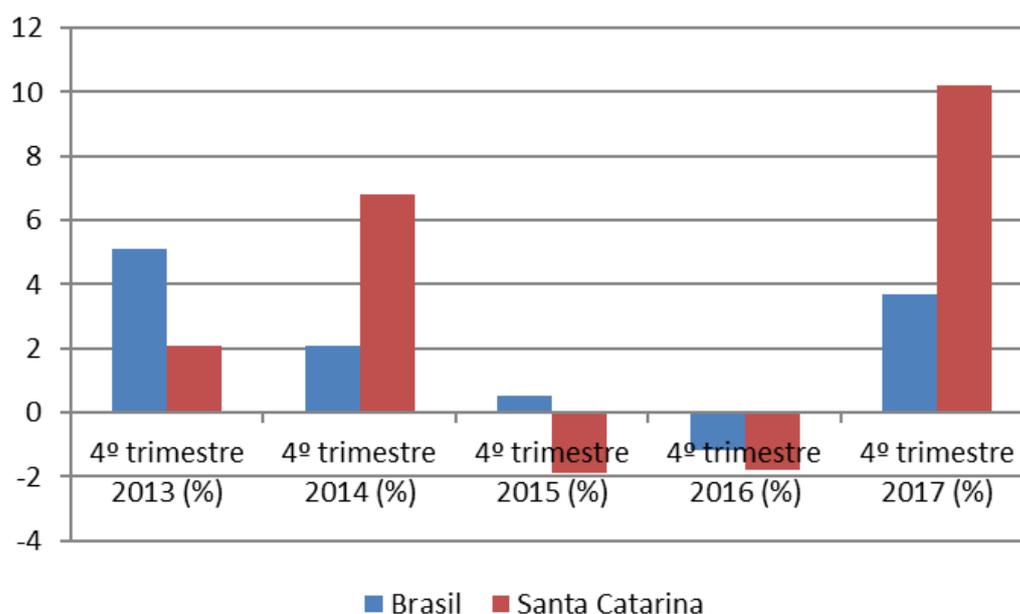
Fonte: PMS/IBGE

Apesar dos resultados pontuais relativamente melhores de 2016 e 2017 em Santa Catarina, deve-se enfatizar que o período é marcado por uma grave recessão, seguida por uma estagnação, ou seja, trata-se de uma análise comparativa entre resultados negativos, o que não

pode justificar nenhuma argumentação em torno de uma virtuosidade catarinense<sup>4</sup>. Isso se verifica, por exemplo, quando se observa (com base nos dados desagregados da PIM-PF) que somente o subsetor industrial de alimentos apresentou uma variação física percentual positiva no acumulado do triênio 2015-2017. Dessa forma, ao que tudo indica, o melhor resultado da economia catarinense frente à nacional está circunscrita ao efeito de estímulos pontuais ao consumo das famílias (no caso do comércio varejista).

O baixo dinamismo da economia catarinense pode ser visto também a partir da Figura 5, que destaca a variação percentual real da massa de rendimentos no Brasil e em Santa Catarina. Na recessão, Santa Catarina apresentou uma contração da massa de rendimentos reais em um nível superior ao do Brasil (mais de cinco vezes maior), somente revertido em 2017.

**Figura 5** – Variação percentual anual (base trimestre anterior) da massa de rendimento real de todos os trabalhos das pessoas com mais de 14 anos – Brasil e Santa Catarina, 2013-2017



Fonte: PNADC/IBGE; Elaboração própria

Em síntese, do ponto de vista econômico, os dados indicam que a recessão em Santa Catarina foi provavelmente mais intensa relativamente ao Brasil, ainda que a partir de 2017 o resultado tenha sido melhor. É a partir dessa condição que pode se analisar comportamento do mercado de trabalho em Santa Catarina nos últimos anos. De antemão, pode-se relacionar a

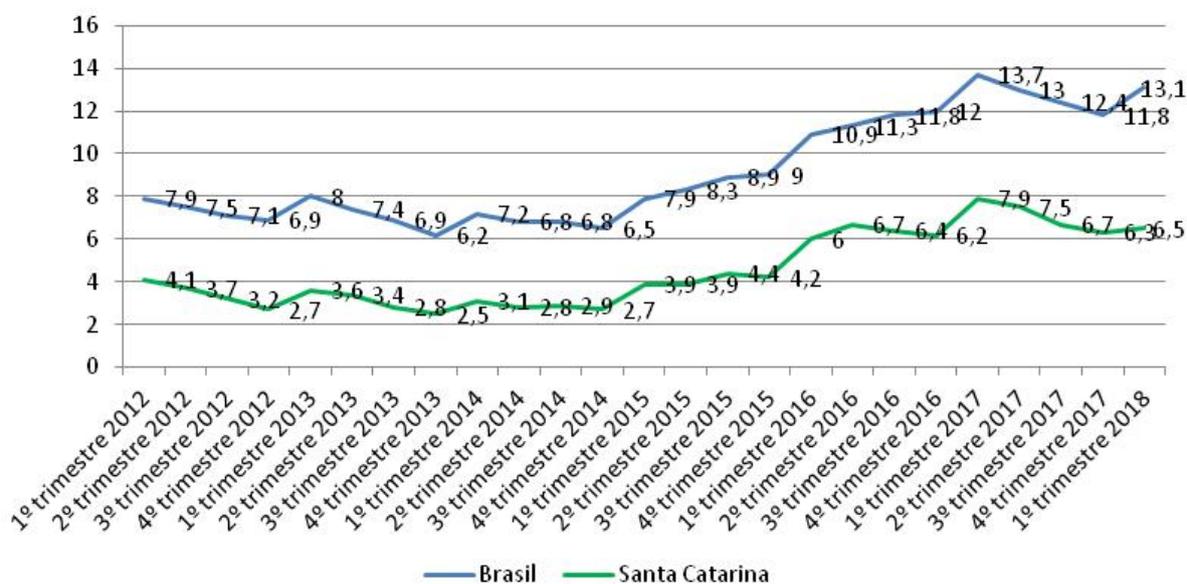
<sup>4</sup> Soma-se o fato, ainda, que os dados setoriais conjunturais vistos dizem respeito ao nível de atividade como um todo, mas não podem ser diretamente associados à geração de valor adicionado, como é o caso das Contas Regionais/IBGE.

redução imediata da massa salarial real em SC com o nível de desocupação no Estado. Na sequência, analisa-se a repercussão da crise econômica no mercado de trabalho em Santa Catarina. De início, apresentam-se indicadores gerais a partir Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar Contínua - PNADC, realizada pelo IBGE. Posteriormente, aborda-se o comportamento recente com base nos registros administrativo do Ministério do Trabalho – MTB.

### 3. DADOS GERAIS SOBRE A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Para iniciar a análise sobre o impacto da crise econômica no mercado de trabalho, convém partir de uma observação sobre a evolução da taxa de desemprego. A série histórica da PNADC mostra claramente as transformações que ocorreram no período e, ainda, permite comparar com as condições estabelecidas nos anos imediatamente anteriores. A Figura 6 mostra a trajetória da taxa de desemprego em Santa Catarina e no Brasil.

**Figura 6** – Taxa de desocupação – Brasil e Santa Catarina (em %), 1º trimestre de 2012 ao 1º trimestre de 2018



Fonte: PNADC/IBGE; Elaboração própria

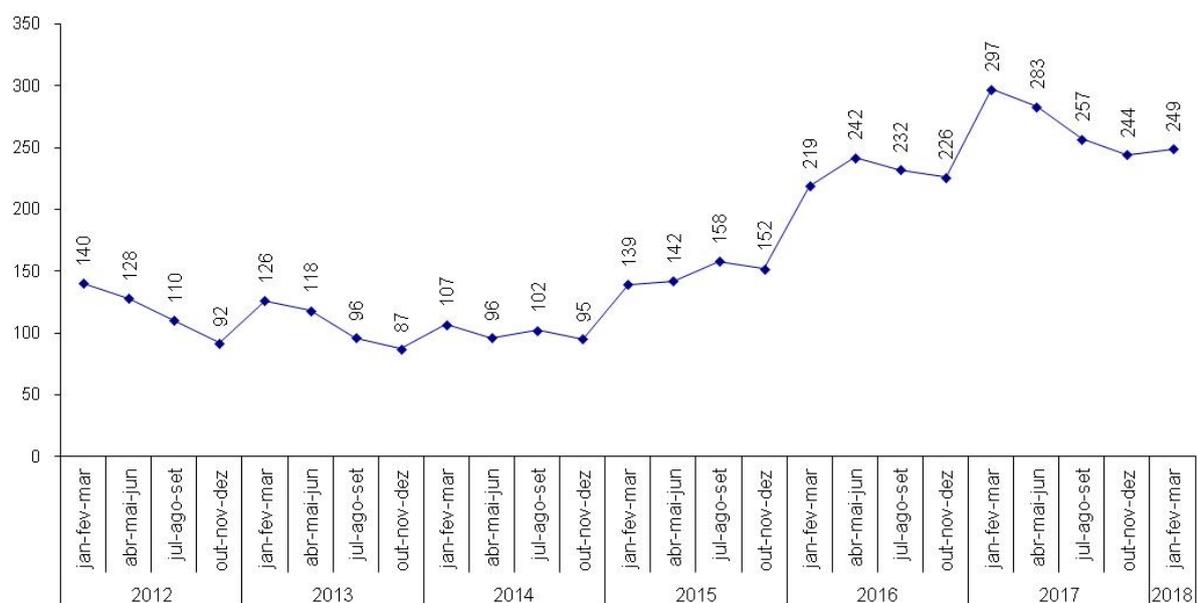
Conforme o gráfico, do 1º trimestre de 2012 ao 1º trimestre de 2018, pode-se observar como, de modo geral, a taxa de desemprego aberto no estado tem a metade do patamar existente no país. Apesar do hiato, as duas linhas seguem trajetórias equivalentes. A melhor situação do mercado de trabalho ocorreu nos trimestres de 2013-2014. Em Santa Catarina, o percentual de pessoas procurando emprego sobre o total da PEA (Pessoas Economicamente Ativa) esteve abaixo de 3%; no Brasil, chegou a alcançar 6,2% no último trimestre de 2013.

A literatura sobre o desenvolvimento de Santa Catarina tradicionalmente aponta para algumas características que ajudam a explicar a peculiaridade do contexto estadual em relação ao cenário nacional (CEAGE/SC, 1980; RAUD, 1999; CAMPOS *et al.*, 2002). Em linhas gerais, pode-se destacar o padrão inicial de colonização (pequenas propriedades e presença de imigrantes com conhecimentos técnicos semi-industriais), a distribuição espacial da população pelo território estadual e a diversificação das atividades econômicas são elementos que contribuíram para uma melhor estruturação do mercado de trabalho local.

Todavia, a especificidade das condições social e econômica estadual não implica na independência dos macroprocessos de âmbito nacional. Prova disso é que a crise econômica do país, que eclodiu a partir de 2015, trouxe reflexos automáticos ao mercado de trabalho. Ainda que se considere o menor patamar em território catarinense, a taxa de desocupação no estado igualmente seguiu uma trajetória de elevação. Nesta direção, o percentual de desempregados atingiu 7,9% no 1º trimestre de 2017, o mais alto patamar dentro da série histórica.

Em números absolutos, isso significou o montante de 297 mil pessoas com 14 anos ou mais de idade procurando emprego em Santa Catarina. A Figura 7 ilustra essa evolução, bem como a trajetória de recuperação das condições de trabalho ao longo dos meses seguintes.

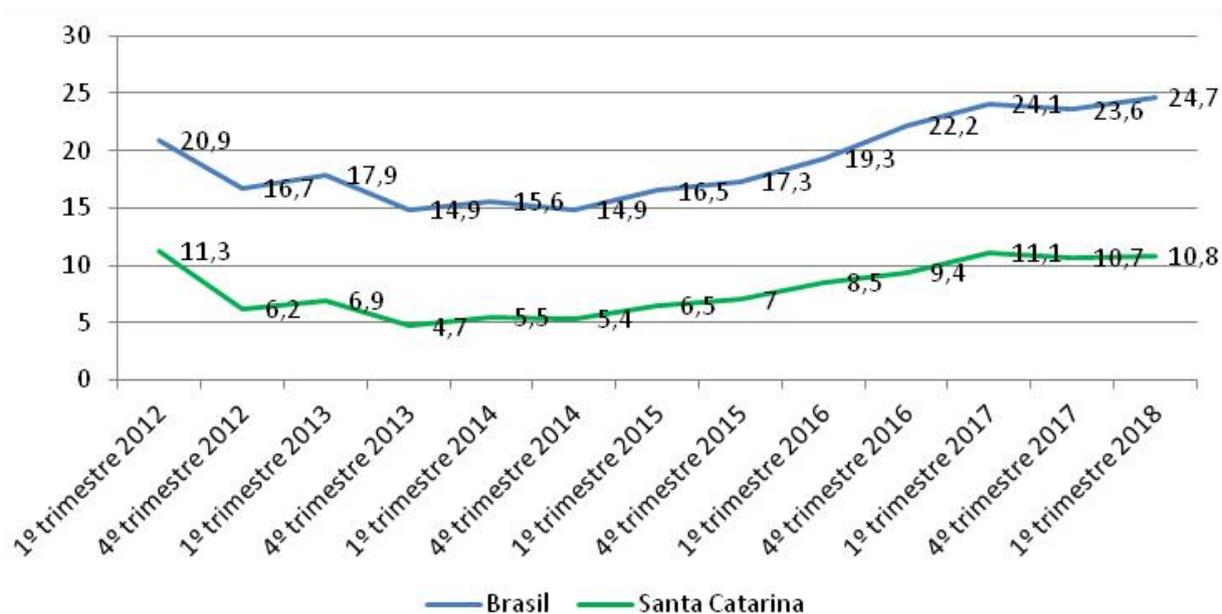
**Figura 7** – Número de pessoas (com 14 anos ou mais de idade) desocupadas (em milhares) - Santa Catarina, 2012-2018



Fonte: PNADC/IBGE

Como visto, apesar da melhora dos indicadores ao longo de 2017 (a partir do 2º trimestre foram três quedas consecutivas na taxa de desemprego, conforme apresentado na Figura 6), é preciso observar com cautela a conjuntura do mercado de trabalho. Isso porque, ao se analisar a taxa composta de subutilização da força de trabalho percebe-se a permanência de patamares ainda elevados, tanto no âmbito nacional como estadual<sup>5</sup>.

**Figura 8** – Taxa composta de subutilização da força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade – Brasil e Santa Catarina (em %), 1º trimestre de 2012 ao 1º trimestre de 2018



Fonte: PNADC/IBGE; Elaboração própria

Um indicador que ajuda a entender a concomitância de queda na taxa de desocupação com manutenção da taxa de subutilização da força de trabalho em patamares elevados para o contexto estadual e, portanto, um sintoma de precariedade das condições no mercado de trabalho, está na posição dos ocupados segundo a categoria do emprego. Seguindo a metodologia da PNADC, entre o 1º trimestre de 2015 a igual período de 2018, as categorias em que se registrou o maior aumento relativo no número de ocupados foram: trabalhador doméstico sem carteira assinada (26,1%), empregado no setor privado sem carteira assinada (15,7%) e conta própria (14,7%).

<sup>5</sup> Além dos desempregados, a subutilização da força de trabalho leva em conta a população subocupada por insuficiência de horas e a força de trabalho potencial, isto é, as pessoas que, embora dispostas a trabalhar, não procuraram emprego no período da pesquisa.

**Quadro 1** – Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal – Santa Catarina, 1º trimestre de 2015 e 1º semestre de 2018

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	1º trimestre 2015 (em mil)	1º trimestre 2018 (em mil)	Variação (em%)
<b>Total</b>	<b>3.446</b>	<b>3.569</b>	<b>3,8</b>
<b>Empregado no setor privado</b>	1.952	1.980	1,5
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	1.758	1.749	-0,6
Empregado no setor privado - sem carteira de trabalho assinada	194	231	15,7
<b>Trabalhador doméstico</b>	134	160	19,8
Trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	51	59	12,9
Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	83	101	26,1
<b>Empregado no setor público</b>	<b>369</b>	<b>349</b>	<b>-6,0</b>
Empregado no setor público - com carteira de trabalho assinada	58	49	-14,8
Empregado no setor público - sem carteira de trabalho assinada	46	50	9,3
Empregado no setor público - militar e funcionário público estatutário	264	250	-6,1
<b>Empregador</b>	189	196	4,2
<b>Conta própria</b>	702	809	14,7
<b>Trabalhador familiar auxiliar</b>	101	74	-30,7

Fonte: PNADC/IBGE; Elaboração própria

Os dados acima descritos, referentes ao contexto estadual, igualmente espelham a situação vivenciada em âmbito nacional. Isso porque, ainda que as análises pontuem uma “retomada do dinamismo do mercado de trabalho”, é importante atentar que esta trajetória vem sendo calcada, sobretudo, pelo aquecimento do mercado informal (ou seja, de empregados sem carteira assinada) e do segmento dos trabalhadores por conta-própria (LAMEIRAS *et al.*, 2018).

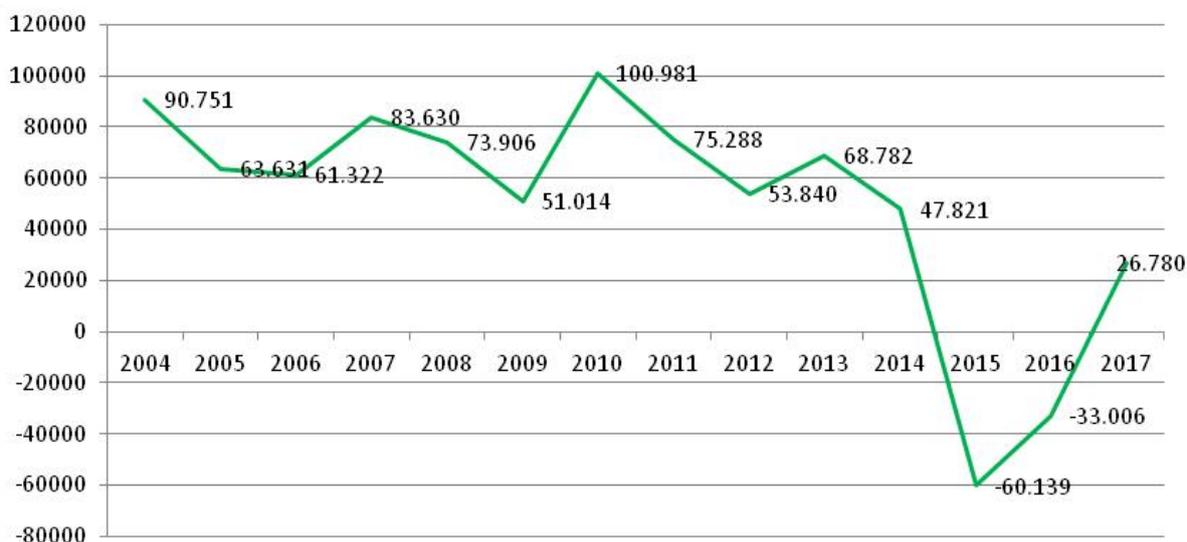
Mesmo no contexto do mercado de trabalho formal, a análise sobre a situação laboral merece atenção redobrada, não apenas pela ainda baixa abertura de postos como também pelo aumento e criação de ocupações e relações de trabalho precárias. Implementada no final de 2017, em grande sob a justificativa de proporcionar um ambiente para geração de empregos, a *reforma trabalhista* trouxe a alteração de mais de 201 pontos na legislação, promovendo um desequilíbrio nas relações de força entre empregados e empregadores (KREIN, 2018; DIEESE, 2018).

A seguir, o panorama do mercado de trabalho estadual entre os anos de 2015/2018 será analisado com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, registro administrativo mantido pelo Ministério do Trabalho - MTB. O cadastro permite uma leitura mensal do mercado de trabalho, portanto, bastante atualizado, e se restringe aos vínculos de emprego com carteira assinada. O foco recai primeiramente na dimensão setorial para posteriormente realizar um recorte regional dos efeitos da crise econômica no período recente.

#### 4. TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NOS SETORES ECONÔMICOS DE SANTA CATARINA

De fato, após dois anos consecutivos de desempenho negativo no mercado de trabalho formal, situação em que as demissões superaram em muito o número de novas admissões com carteira assinada, o ano de 2017 se completa enfim com dados positivos em Santa Catarina. No entanto, conforme a Figura 9 demonstra, apesar da criação de 26.780 novos vínculos, a geração de empregos esteve bem abaixo da média história anual, bem como se mostrou insuficiente para a recuperação das perdas ocorridas no biênio 2015-2016.

**Figura 9** – Saldo líquido (admissões menos demissões) de empregos formais - Santa Catarina, 2004-2017



Fonte: CAGED/MTB. Elaboração própria

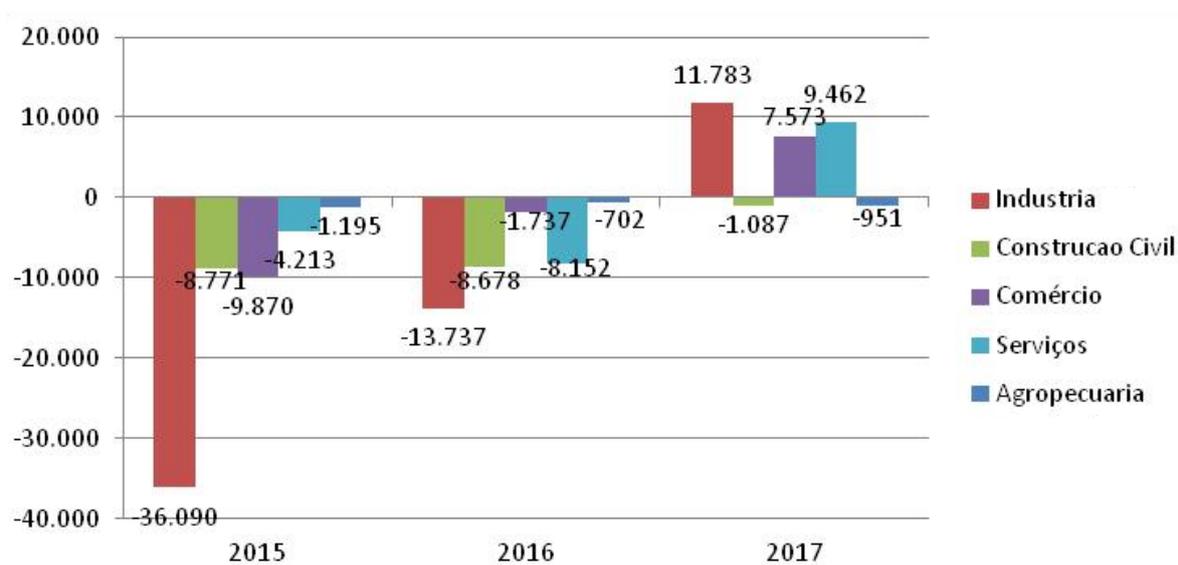
Como ilustra a Figura 10 a seguir, entre os anos de 2015 e 2016 (até o presente o período mais agudo da crise econômica), todos os setores de atividade econômica apresentaram desempenho negativo no que se refere à geração de empregos formais no estado catarinense. Em números absolutos, o pior resultado ocorreu na indústria, com o fechamento de 49.827 postos. Em seguida, com -17.449 vínculos, a construção civil foi o setor que mais sentiu os efeitos da crise nesse biênio.

Mesmo em 2017, quando em termos globais o mercado de trabalho voltou a apresentar números positivos, a construção civil continuou anotando redução de postos de trabalho (-1.087 vínculos). Mesma situação vivenciada na agricultura de Santa Catarina, que

permaneceu anotando com números negativos (-951). Quanto aos demais grandes setores (indústria, serviços e comércio), estes voltaram a registrar números positivos no ano passado.

No entanto, sem exceção, todos os grandes setores da economia permaneceram com números negativos quando se contabiliza o resultado acumulado nos últimos três anos: indústria (-38.044 vínculos de emprego; uma variação de -5,3% em termos relativos); construção civil (-18.536; variação de -17,6%); comércio (-4.034; variação de -0,9%); serviços (-2.903; variação de -0,3%) e agropecuária (-2.848; variação de -6,3%).

**Figura 10** – Saldo líquido de empregos segundo os grandes setores econômicos - Santa Catarina, 2015-2017



Fonte: CAGED/MTB. Elaboração própria

A Tabela 1 a seguir demonstra a dinâmica no âmbito subsetorial, tornando-se possível um maior aprofundamento da análise sobre as repercussões da crise econômica sobre o mercado de trabalho. Em resumo, dos vinte e cinco subsetores econômicos em Santa Catarina, apenas seis alcançaram resultados suficientes para superar as perdas ocorridas no mercado de trabalho. No acumulado do último triênio, portanto, todos os demais permanecem com desempenhos negativos no que se refere à capacidade de geração de empregos formais. No total, entre os anos de 2015/2017, foram -66.365 vínculos de emprego, o que significou, em termos proporcionais, uma redução de 3% no tamanho do mercado de trabalho formal.

Nesse contexto, destacou-se positivamente a indústria de produtos alimentícios (+4.278), que obteve o melhor desempenho entre todos os subsetores econômicos e o único segmento industrial a apresentar números positivos no acumulado do último triênio. Na

mesma direção, destacou-se o ramo de serviços médicos/veterinários. A criação de 3.822 novos vínculos significou uma variação de 7% sobre o estoque de empregos formais vigentes no início do período (dezembro de 2014). Quanto aos demais subsetores com saldo positivo – comércio atacadista (+808); ensino (+248); instituições de crédito/seguros (+22) e serviços técnicos (+14) -, o conquistado mostrou-se bastante ínfimo, não chegando a representar 1% de crescimento sobre o volume total de trabalhadores empregados.

**Tabela 1** – Saldo líquido de empregos e variação segundo os subsetores econômicos – Santa Catarina, 2015 a 2017

IBGE Subsetor	2015	2016	2017	Acumulado	Var. sobre estoque (em%)
01-Extrativa mineral	-638	-167	-335	-1.140	-13,4
02-Indústria de produtos minerais não metálicos	-1.203	-2.620	-543	-4.366	-12,0
03-Indústria metalúrgica	-4.154	-2.305	1.283	-5.176	-8,9
04-Indústria mecânica	-7.546	-3.151	-468	-11.165	-17,3
05-Indústria do material elétrico e de comunicações	-2.645	-576	2.660	-561	-1,9
06-Indústria do material de transporte	-2.860	-1.624	18	-4.466	-20,6
07-Indústria da madeira e do mobiliário	-1.950	-797	1.033	-1.714	-2,4
08-Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	-1.513	-381	418	-1.476	-4,8
09-Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	-1.930	101	-251	-2.080	-12,0
10-Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,	-2.586	-922	954	-2.554	-4,7
11-Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	-10.731	-408	3.700	-7.439	-4,3
12-Indústria de calçados	-315	22	245	-48	-0,7
13-Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1.852	-800	3.226	4.278	3,6
14-Serviços industriais de utilidade pública	129	-109	-157	-137	-0,7
15-Construção civil	-8.771	-8.678	-1.087	-18.536	-17,6
16-Comércio varejista	-8.097	-1.799	5.054	-4.842	-1,3
17-Comércio atacadista	-1.773	62	2.519	808	1,0
18-Instituições de crédito, seguros e capitalização	-118	-160	300	22	0,1
19-Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	-459	-3.318	3.791	14	0,0
20-Transportes e comunicações	-1.834	-1.882	1.310	-2.406	-1,9
21-Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	-1.636	-4.518	2.765	-3.389	-1,7
22-Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.865	1.099	858	3.822	6,6
23-Ensino	-772	58	962	248	0,3
24-Administração pública direta e autárquica	-1.259	569	-524	-1.214	-0,5
25-Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	-1.195	-702	-951	-2.848	-6,3
<b>Total</b>	<b>-60.139</b>	<b>-33.006</b>	<b>26.780</b>	<b>-66.365</b>	<b>-3</b>

Fonte: CAGED/MTB. Elaboração própria

Como visto anteriormente, a perda de 18.536 postos de trabalho na construção civil (na classificação do IBGE, assim como no caso da agropecuária, aparece simultaneamente como grande setor e subsetor) significou uma variação de -18% sobre o estoque de empregos formais existentes na atividade. Apesar de figurar, em números absolutos, como o segmento que mais perdeu, quando se analisa as perdas em termos relativos é o ramo industrial do material de transporte que aparece com o pior resultado: o fechamento de 4.466 vínculos significou um decréscimo de -21% sobre o estoque de empregos. Outras variações negativas

igualmente significativas ocorreram na indústria mecânica, extrativa mineral, indústria de produtos minerais e indústria da borracha/fumo, todas com uma redução superior a 10%.

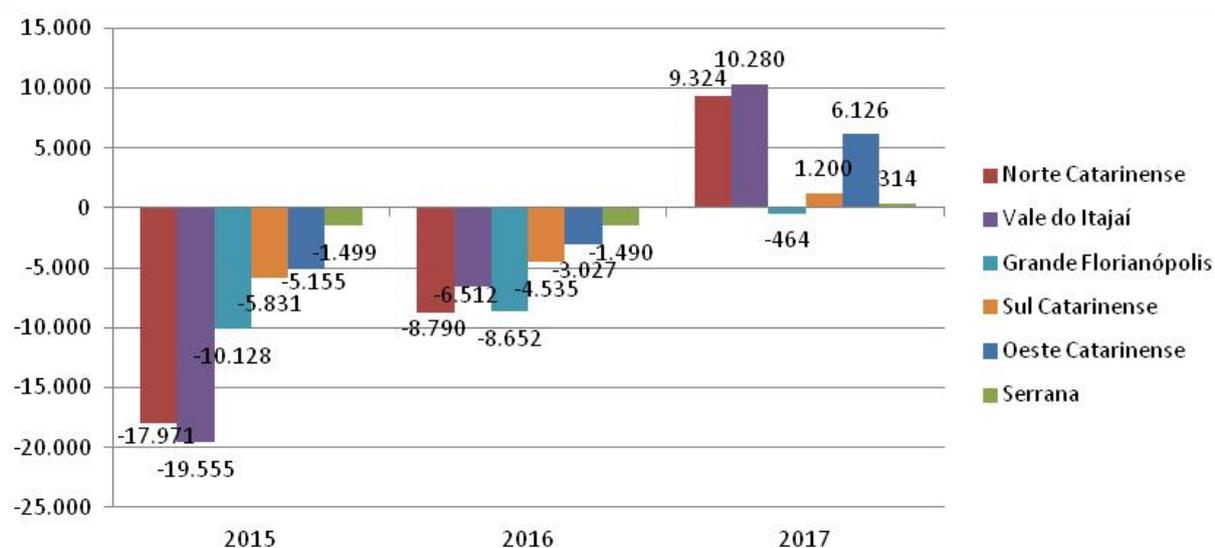
Na atividade da construção civil, em particular, o forte impacto da crise econômica esteve diretamente atrelado à queda dos investimentos públicos bem como ao consumo doméstico. Do lado do setor público, desde 2015, registra-se uma queda drástica e contínua dos investimentos. Sobretudo quando orientados para a infraestrutura, os gastos do poder público apresentam função estratégica e sistêmica para a economia, com efeitos cumulativos e dinâmicos na formação da oferta e demanda por produtos e empregos (ORAIR, 2016).

Dessa forma, tendo em vista os efeitos multiplicadores das despesas com investimentos, tal redução é bastante problemática para as condições de recuperação do crescimento econômico e, em particular sobre o mercado de trabalho. No período histórico recente (1995/2017), a taxa dos investimentos públicos em proporção do PIB alcançou o auge de 4,6% em 2010. No final de 2014, a taxa já havia regredido para 3,9%, descendo ainda mais nos anos seguintes: 2,9% em 2015; 2,3% em 2016; e, conforme estimativa, para 2% em 2017 (IFI, 2017).

## **5. TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NAS REGIÕES DE SANTA CATARINA**

Seguindo a classificação do IBGE, Santa Catarina está subdividida em seis mesorregiões. Em ordem decrescente de participação no mercado de trabalho formal, segundo dados da última edição da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (referente ao ano de 2016, e que inclui também os vínculos de servidores estatutários), as regiões apresentam a seguinte distribuição: Vale do Itajaí (região que detém a maior participação do emprego formal, com 26% do total de vínculos); Grande Florianópolis (22% dos vínculos); Norte Catarinense (com 19%); Oeste Catarinense (17%); Sul Catarinense (12%); e Serrana (com a menor proporção de empregados formais, o equivalente a 4%).

Conforme demonstrado na Figura 11, no biênio 2015/2016, o impacto da crise foi sentido em todas as mesorregiões de Santa Catarina. Em 2017, com exceção da Grande Florianópolis, todas as demais regiões voltaram a registrar desempenho positivo na geração de empregos. Mesmo assim, a quantidade de postos criados se mostrou insuficiente para a recuperação das perdas sofridas no período mais duro da crise econômica. No acumulado do triênio, a Grande Florianópolis foi a região que, em números absolutos, mais perdeu postos no mercado de trabalho formal: foram -19.244 vínculos de emprego.

**Figura 11** – Saldo líquido de empregos segundo as mesorregiões - Santa Catarina, 2015-2017

Fonte: CAGED. Elaboração própria

Já em termos proporcionais ao tamanho do mercado de trabalho, isto é, na relação sobre o estoque de empregos vigentes no início do período em cada região, o Norte Catarinense foi onde se registrou a maior redução, uma variação de -4% no número de empregos formais, desempenho quase idêntico ao ocorrido na Grande Florianópolis (-3,9%). Na região Sul Catarinense, a variação de -3,3% foi resultado do fechamento de 9.166 postos. O Vale do Itajaí e a região Serrana registraram, em termos relativos, a mesma redução (-2,7%), entretanto, tendo em vista a discrepância no tamanho dos respectivos mercados, a diferença esteve no quantitativo de postos perdidos (-15.787 e -2.675, respectivamente). Por fim, no Oeste foi registrada a menor variação dentre as regiões catarinenses (-0,5%), um desempenho que equivaleu ao fechamento de 2.056 postos de trabalho.

Quando se analisa a dinâmica do mercado de trabalho em nível subsetorial (Apêndice 1), observa-se que as perdas na construção civil foram igualmente fortes em todas as mesorregiões do estado. Em particular, nas regiões do Vale do Itajaí (-5.048 vínculos), Oeste (-2.845), Sul (-2.741) e Serrana (-1.554) a construção civil foi o subsetor econômico que, em números absolutos, apresentou o pior resultado no acumulado do último triênio. No Oeste e região Serrana, a agricultura figura com o segundo maior número de perdas (-1.245 e -569, respectivamente). No Sul, por sua vez, as indústrias de produtos minerais, mecânica e química também registram quedas expressivas.

No Vale do Itajaí, o desempenho nos segmentos da indústria têxtil, mecânica e material de transportes foi igualmente importante para o saldo acumulado negativo neste

último triênio, assim o comércio varejista. Por outro lado, a exceção da administração pública, todos os demais subsetores na área de serviços já alcançam resultado positivo no período. No Norte Catarinense, a indústria mecânica foi o subsetor que obteve o pior desempenho (-5.356). Na região, todos os subsetores da indústria acumulam perdas, sendo também expressivos os números negativos na têxtil (-3175).

Na Grande Florianópolis, a construção registrou o segundo pior desempenho (-4.698), seguido de perto pelo desempenho no ramo de serviços técnicos (-4.423). Ambos foram precedidos apenas pela forte queda no serviço de alojamento/alimentação (-5.224). Nesta região, apenas três subsetores obtiveram resultado positivo no acumulado dos últimos três anos: indústria da borracha/couro, indústria de calçados e comércio varejista, ainda assim, com resultados bastante pequenos.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo do artigo foi apresentar em dados quantitativos o impacto da crise econômica sobre o mercado de trabalho em Santa Catarina. Para tanto, o estudo foi conduzido a partir de dados oficiais secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTB).

No que se refere aos condicionantes da crise da economia brasileira, foi visto que a recessão econômica de 2015-2016 foi causada por fatores externos e internos. Em um primeiro momento, a economia catarinense sofreu fortemente as consequências, tendo em vista a queda de participação do PIB de Santa Catarina no PIB Nacional em 2015. A partir de então, os dados secundários setoriais apontam, ainda que não de forma conclusiva, que a economia catarinense apresentou indicadores levemente superiores aos nacionais, mas nada que permita apontar para uma recuperação.

Conforme demonstrado, ainda que em ritmo e patamares menos acentuados, o mercado de trabalho catarinense igualmente refletiu os efeitos da crise econômica que se instalou no país. No contexto estadual, isso significou a regressão dos avanços realizados em período recente (entre os anos de 2013/2014, por exemplo, a taxa de desemprego esteve abaixo de 3% no estado). Por outro lado, como reflexo da nova conjuntura, o ano de 2017 teve início apresentando uma elevação recorde nos indicadores relativos ao desemprego e vulnerabilidades no mercado de trabalho. Uma condição que, importante ressaltar, ainda não foi superada.

Como um todo, o período que se estende a partir de 2015 foi marcado por uma projeção da vulnerabilidade laboral. Entre o final de 2014 e 2017, o crescimento na taxa de desocupação foi maior em âmbito estadual do que no Brasil como um todo. Comportamento que esteve associado ao nível de demissões sem precedentes na série histórica do mercado de trabalho formal. De fato, a redução no nível de ocupações formais no período 2015-2017 foi praticamente generalizada em todos os setores e regiões de Santa Catarina. A exceção a esse movimento foi pontual, como visto, ligado aos segmentos da indústria alimentícia e comércio atacadista.

Apesar dos números positivos ao longo de 2017, a geração de empregos com carteira de trabalho assinada em Santa Catarina não foi suficiente para superar as perdas sofridas nos anos anteriores. Esse fato se agrava diante da conjuntura econômica que aponta para uma estagnação da economia. Nesse sentido, as políticas públicas nas áreas sociais, de trabalho e renda são um importante instrumento para, senão superar, ao menos mitigar a vulnerabilidade a que estão expostas trabalhadoras e dos trabalhadores em Santa Catarina. Contrariamente às expectativas que apoiam a retirada dos direitos trabalhistas, este estudo aponta que a melhoria dos indicadores no mercado de trabalho somente se efetivará num contexto de crescimento econômico inclusivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Renato R. *et al.* Reestruturação industrial e aglomerações setoriais locais em Santa Catarina. In: VIEIRA, Paulo F. **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

CEAG/SC. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina**: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960). Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Boletim de Conjuntura do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico**, n. 14, maio. 201. Disponível em: <[www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2018/boletimConjuntura014.html](http://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2018/boletimConjuntura014.html)>. Acesso em: 25 de junho de 2018.

KREIN, José Darin. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018

INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE. **Relatório de Acompanhamento Fiscal**, dez. 2017.

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente. Análise do Mercado de Trabalho. IPEA, **Boletim Mercado de Trabalho**: Conjuntura e Análise, nº 64, abr. 2018.

ORAIR, Rodrigo O. **Investimento público no Brasil**: trajetória e relações com o regime fiscal. 2016. Textos para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, n. 2215, jul. 2016.

PINTO, Eduardo Costa *et al.* A Guerra de Todos Contra Todos: a crise brasileira. XXII Encontro Nacional de Economia Política, 2017, Campinas. **Anais eletrônicos**. Campinas, 2017.

RAUD, Cecile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil**: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1999.

## APÊNDICES

## Apêndice 1 – Saldo de empregos por mesorregiões segundo os subsetores, 2015-2017

IBGE Subsetor	Vale do Itajaí	Grande Florianópolis	Norte Catarinense	Oeste Catarinense	Sul Catarinense	Serrana	Total
01-Extração mineral	-133	-129	-57	-57	-30	-792	1 -1.140
02-Indústria de produtos minerais não metálicos	-775	-1.020	-693	-693	-301	-1.536	-41 -4.366
03-Indústria metalúrgica	-1.747	-453	-1.278	-1.278	-606	-826	-266 -5.176
04-Indústria mecânica	-3.362	-80	-5.356	-5.356	-692	-1.407	-268 -11.165
05-Indústria do material elétrico e de comunicações	-626	-40	553	553	-451	6	-3 -561
06-Indústria do material de transporte	-2.871	-427	-10	-10	-410	-743	-5 -4.466
07-Indústria da madeira e do mobiliário	-566	-363	-788	-788	-1	-442	446 -1.714
08-Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	-338	-287	-637	-637	163	-271	-106 -1.476
09-Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	-644	184	-1.253	-1.253	-261	70	-176 -2.080
10-Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,	70	-308	-1.226	-1.226	206	-1.245	-51 -2.554
11-Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	-3.720	-105	-3.175	-3.175	189	-433	-195 -7.439
12-Indústria de calçados	13	95	-4	-4	34	-186	0 -48
13-Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	998	1.155	-283	-283	2.322	420	-334 4.278
14-Serviços industriais de utilidade pública	305	-233	-41	-41	-256	176	-88 -137
15-Construção civil	-5.048	-4.698	-1.650	-1.650	-2.845	-2.741	-1.554 -18.536
16-Comércio varejista	-2.185	155	-1.472	-1.472	-979	318	-679 -4.842
17-Comércio atacadista	393	-186	46	46	465	-183	273 808
18-Instituições de crédito, seguros e capitalização	195	-466	-356	-356	564	-10	95 22
19-Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	1.451	-4.423	-277	-277	1.198	979	1.086 14
20-Transportes e comunicações	194	-1.093	-1.488	-1.488	523	-444	-98 -2.406
21-Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	525	-5.224	1.455	1.455	-501	483	-127 -3.389
22-Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.669	-545	992	992	912	679	115 3.822
23-Ensino	1.252	-242	-345	-345	-85	-219	-113 248
24-Administração pública direta e autárquica	-352	-286	144	144	31	-733	-18 -1.214
25-Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	-485	-225	-238	-238	-1.245	-86	-569 -2.848
<b>Total</b>	<b>-15.787</b>	<b>-19.244</b>	<b>-17.437</b>	<b>-2.056</b>	<b>-9.166</b>	<b>-2.675</b>	<b>-66.365</b>

Fonte: CAGED. Elaboração própria